

RESUMO - 10. ENTRE SABERES E RESISTÊNCIAS: GÊNERO, CUIDADO E
LUTAS POPULARES NA CONSTRUÇÃO DO SUS | PRESENCIAL

**PATRIARCADO, DITADURA CIVIL-MILITAR E HISTÓRIA DAS MULHERES:
ESTUDO PROCESSUAL CRIMINAL CONTRA MULHERES MILITANTES
POLÍTICAS NO BRASIL – 1964 A 1985**

Stephanie Oliveira Afonso (stephanieoliveira027@gmail.com)

Filomena Luciene Cordeiro Reis (filomena.reis@unimontes.br)

A ditadura civil-militar brasileira foi um período violento da história brasileira, sendo marcada pela supressão dos direitos constitucionais e repressão aos contrários ao regime ditatorial. Nesse contexto, muitas mulheres assumiram a oposição ao regime, ao mesmo tempo em que lidavam com o fato da sua posição social ser afetada pelo patriarcado. Segundo Colling (1997), as militantes eram acusadas de transgredir duplamente as normas da sociedade, em razão de irem contra o governo vigente e ao não cumprir com os padrões tradicionais de gênero. Nesse contexto, a pesquisa se desenvolve como quantitativa e qualitativa, analisando, especialmente, os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2014) e os processos judiciais do acervo do projeto “Brasil: Nunca Mais (BNM)” (1985). Dessa forma, o objetivo geral do estudo consiste em verificar se o fato da militante ser mulher impactou na forma como eram representadas nos processos. Os objetivos específicos são verificar as características vinculadas às mulheres e analisar a intersecção entre gênero e justiça durante a ditadura. Dessa forma, perceberemos – ou não – se a repressão sobre as mulheres possui como base valores morais conservadores, constituindo o problema principal a seguinte indagação: a

lógica patriarcal influenciou o tratamento dado às mulheres durante a ditadura civil-militar?. Buscando responder o questionamento, a análise preliminar evidencia que as mulheres militantes eram frequentemente retratadas como moralmente desviantes, sendo associadas à desobediência, à promiscuidade e à ameaça à ordem familiar. Essas representações reforçam a intersecção entre repressão política e dominação patriarcal, demonstrando que a condição de mulher influenciava tanto o enquadramento jurídico quanto a severidade das repressões. Além de revelarem práticas de violência institucional, os processos mostram mecanismos de apagamento da presença feminina na memória oficial da resistência, reiterando o papel da Justiça Militar na manutenção das hierarquias de gênero.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; mulheres militantes; gênero.